



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006330-54.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Liliane Trovo Caetano de Jesus**
 Embargado: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Cuida-se de Embargos de Terceiro, nos quais a embargante alega que foi casada com o executado e que, juntamente com sua irmã e o ex marido, é proprietária da nua propriedade do imóvel reivindicado, cujo usufruto pertence aos seus pais, e nele reside com as suas duas filhas, tratando-se de bem de família.

Argumenta que o débito oriundo da empresa que pertencia ao seu ex marido, Marcelo Caetano, não diz respeito à entidade familiar e que se trata de bem indivisível, incidindo a impenhorabilidade sobre o todo, não sendo o caso de se aplicar as regras de indenização das cotas pertencentes a terceiros, hipótese em que seria desvirtuada a norma prevista na Lei 9009/90, sendo que há outros bens penhoráveis, para a satisfação do crédito.

O embargado apresentou contestação, alegando, preliminarmente, intempestividade dos embargos. No mérito, aduz que a penhora recaiu apenas sobre 25% da nua propriedade, não atingindo o usufruto, portanto, a posse não estaria sendo turbada. Alega, ainda, que a nua propriedade pertence à embargante, ao executado Marcelo e a Luciana. Sendo assim, a impenhorabilidade deveria abranger todos os proprietários, não havendo provas de que nenhum deles possua outros imóveis.

Houve réplica.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Afasto a preliminar de intempestividade, pois, nos moldes do artigo 675 do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CPC, não há termo inicial para o ajuizamento dos embargos, apenas termo final e este ainda não ocorreu.

No mais, o pedido não comporta acolhida.

Saliente-se, primeiramente, que a embargante não demonstrou que não possui outros imóveis em seu nome.

Além disso, a penhora recaiu apenas sobre 25% da nua propriedade pertencente ao executado, não atingindo a parte da embargante.

Por outro lado, não há qualquer ameaça à sua posse, pois, eventual arrematação da parte ideal não terá o condão de desalojar a entidade familiar que reside no imóvel.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo, 487, I, do CPC e IMPROCEDENTE o pedido.

Condeno a embargante a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, que fixo, por equidade, por analogia ao artigo 85, § 8º do CPC, em R\$ 800,00, observando-se a gratuidade da justiça, se o caso.

Certifique-se nos autos da execução.

Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos, observando-se as anotações pertinentes

P. I.

São Carlos, 05 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**